

OS MAPAS DE FREQUÊNCIA ESCOLAR E A PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DO ENSINO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1924-1949)

Amália Dias*

Resumo: O presente artigo demonstra como os mapas de frequência de alunos e professores consubstanciavam um dos recursos das agências estaduais de regulamentação e fiscalização do ensino primário. Foi preciso restituir os processos de elaboração e permanência deste desse equipamento nas sucessivas reformas estaduais do ensino, para compreender seus significados e alcances nos processos de disseminação, criação, manutenção e expansão da rede de escolas primárias no Estado. Os resultados da pesquisa, produzida a partir dos mapas de frequência do município de Nova Iguaçu, demonstraram a construção de uma metodologia de coleta e cruzamento de dados, e os usos e resultados que emergem do trabalho com essta fonte para a compreensão do perfil de escolas e dos critérios de sua distribuição na região.

Palavras-chave: Inspeção. Mapas De Frequência. Ensino Primário. Metodologia.

The school attendance charts and the production of educational inspection services in the State of Rio de Janeiro (1924-1949)

Abstract: *The current article is an attempt to demonstrate how the attendance charts of students and teachers constituted one of the resources of the state agencies for regulation and supervision of primary education. It was necessary to restore the processes of elaboration and permanence of this equipment along the successive state reforms of education, to comprehend its meanings and scope within*

* Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense; Professora de História da Educação do Departamento de Ciências Humanas e Educação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense; Rua General Manuel Rabelo, s/n, Vila São Luís, Duque de Caxias, RJ, 25065-050; amaliadias@gmail.com

the process of dissemination, creation, maintenance and expansion of the number of primary schools in the state. The research results produced from the analysis of the attendance maps of the Municipality of Nova Iguaçu show a construction of a methodology for collecting and crossing data, and the uses and results that emerge from the work with this source to comprehend the profile of the schools and the criteria to distribute them over the region.

Keywords: *Inspection. Attendance charts. Primary School. Elementary School. Methodology.*

1 INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas da República, a crença na difusão da “civilização” e do “progresso” por meio da educação escolar perdurou nos projetos políticos de construção da nação brasileira, ainda que não tenha sido erguida uma plataforma nacional de políticas destinadas à instrução. As ações locais “[...] ou mesmo políticas republicanas essencialmente de âmbito estadual” (VEIGA, 2011, p. 153) encenaram as principais experiências em educação escolar, tanto que o reformismo das instituições nas administrações estaduais foi um aspecto distintivo das políticas educacionais no período (VEIGA, 2011, p. 155).

No Estado do Rio de Janeiro, ao longo desse processo de predomínio da política federalista, a importância da inspeção do ensino, das escolas e de seus sujeitos foi defendida por diversos agentes do Governo, enquanto sucessivas reformas da instrução pública agregavam as iniciativas para efetivar e aperfeiçoar esse serviço.

As reformas administrativas e as mudanças de nomenclatura do Departamento de Educação, agência do Governo estadual, constituem este processo. Segundo Jorge Nagle (1974, p. 202), “[...] foi geral o esforço para estabelecer e definir as atribuições de um órgão central e para traçar normas que regulassem todo o funcionamento dos sistemas escolares estaduais.” Outra característica constante foi a procura em dotar os sistemas de administração do ensino, em construção, de atribuições técnico-pedagógicas (NAGLE, 1974, p. 203).

Parte do universo de escolas primárias que existiram nos municípios do Estado é conhecido pela análise dos “mapas de frequência” do serviço de inspeção estadual realizado pelo Departamento de Educação. Consistiam em documentos preenchidos pelos professores das escolas, fornecendo as informações requeridas em diversos campos dispostos no documento impresso. Os mapas deveriam ser

enviados mensalmente aos inspetores do ensino da respectiva região escolar em que se inseria o município onde funcionava a escola.

A partir da investigação sobre os mapas de frequência escolar, depositados no Fundo Departamento de Educação, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), é relevante observar a estruturação de aparatos normativos e de fiscalização que participavam do processo de institucionalização das escolas primárias nos municípios. Para além dos usos e das informações prestadas por essa documentação às pesquisas em história da educação, esta é expressiva das tentativas das agências de Governo de conduzir e controlar os processos de escolarização e evidencia “[...] o grau de controle do estado sobre a educação escolar.” (KNAUSS, 2001, p. 215).

O mapa de frequência de alunos e de professores era uma ferramenta das atividades dos serviços de inspeção e de estatística do ensino desde o século XIX (VIDAL, 2008). A escala de análise aqui adotada pela perspectiva dos Governos do Estado do Rio de Janeiro, desde a Primeira República até fins da década de 1940, demonstra que o esforço em produzir dados a partir da fiscalização do ensino esteve presente na preocupação dos dirigentes. Mas o que se pretende enfatizar é que o serviço de inspeção e de estatísticas, mais do que buscar mensurar uma realidade, procurava instituí-la ao definir critérios à criação e permanência de escolas, ao subsidiar as iniciativas para o funcionamento do ensino, o povoamento das escolas e a distribuição do magistério. Exatamente por isso, inspeção e elaboração de estatística eram atividades muito próximas. Sustenta-se, a partir da análise de mensagens presidenciais, relatórios e legislação, que os serviços de inspeção e de estatísticas consubstanciaram o principal eixo da ação estatal estadual na organização e administração do ensino primário no Rio de Janeiro.

O acervo do Fundo Departamento de Educação (FDE) está datado entre 1926 e 1950. É possível consultar os dossiês das escolas de cada município. No entanto, os dossiês não podem ser considerados como constituindo a totalidade de escolas existentes em cada município. Há os limites, omissões e negligências do próprio serviço de fiscalização, assim como as questões da trajetória de conservação deste acervo documental. Além dessas condições, parece fundamental tomar distância da finalidade desse tipo de fonte, impregnada por um esforço de produzir um efeito de verdade, ao dispor informações que pretendem mensurar e fiscalizar o desenvolvimento da rede escolar em todo o Estado.

Tanto as agências de Governo quanto os docentes, inspetores e funcionários que lidavam com esses mapas estavam vinculados a esse objetivo da escrita dos mapas. Dessa forma, o preenchimento também segue normas, tanto estabelecidas pelas informações definidas pelos campos a preencher quanto dos efeitos que se espera produzir ou ocultar com o fornecimento e análise das respostas. Dado que a matrícula e a frequência de alunos eram índices para avaliar a manutenção de uma escola e dos seus professores em certa localidade, deve-se presumir os interesses dos docentes e dos inspetores na oferta destas informações.

Os mapas de frequência analisados apresentam formatos diferentes ao longo dos anos. Crescem em tamanho físico, adquirem campos no verso, há mais dados a fornecer. Os professores deixam de utilizar as margens para inserir pequenas informações e passam a se servir do campo “Observações”, no mapa de frequência dos adjuntos, no verso do documento, para registrar acontecimentos na escola, justificar baixas de frequência, informar a movimentação dos professores (posses, licenças, transferências, etc.). Parte desses registros é obrigatória, outros acréscimos são recursos de comunicação utilizados pelos docentes.

A titularidade da agência de Governo que produz os mapas também sofre mudanças, o que se nota pelos nomes das agências impressos nos cabeçalhos dos mapas. Entre 1929 e 1933 figura a “Directoria de Instrução Publica do Estado do Rio de Janeiro”, e em 1935 e 1937, o “Departamento de Educação e Iniciação do Trabalho”. A partir de 1938 a agência é o Departamento de Educação (que nomeia o fundo no APERJ), e, por vezes, “Estado do Rio de Janeiro – Secretaria de Educação e Saúde/Departamento de Educação” (1948) ou Departamento de Educação/Divisão de Estatística e Pesquisas Educacionais (1949). Todas são agências integrantes do Governo estadual.

Essa diversidade na nomenclatura das agências mencionadas remete às experiências de organização e de estruturação do aparelho burocrático em torno do ensino. Interessa, portanto, situar o serviço dos mapas de frequência dentro desse movimento no Estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, recuperar a história administrativa desses órgãos revela a estrutura da organização da instrução, as relações entre diferentes esferas de poder e suas funções na regulação da oferta e da fiscalização de escolas.

2 OS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E ESTATÍSTICAS E A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Para contextualizar a posição dos mapas de frequência como ferramentas da administração estadual do ensino primário, foi preciso reconstituir a organização do aparato burocrático do Governo referente à instrução pública, sobretudo dos serviços de inspeção do ensino, por meio dos regulamentos da instrução, dos relatórios, da legislação e das mensagens presidenciais. Em razão das datas-límites da documentação, 1926-1950, buscou-se encontrar explicações para esses marcos, interrogando sobre os serviços de inspeção em períodos anteriores. Mas essas fontes foram também examinadas em suas intenções de normatizar, anunciar e promover, obter apoio, inculcar consensos sobre a importância da responsabilidade e da atuação estatal na disseminação dos processos de escolarização.

A citação do número de escolas existentes, do contingente do professorado, dos índices de matrícula e frequência são os principais argumentos apresentados nas mensagens dos presidentes de Província ou interventores, nos relatórios dos secretários de Estado e dos diretores da Instrução para “demonstrar” a situação do ensino e de seu desenvolvimento. Em razão disso, sustentava-se a necessidade de investimentos nas atividades de inspeção do ensino.

Em 1924, o Presidente do Estado, Feliciano Pires de Abreu Sodré, argumentava que o combate ao analfabetismo dependia da criação de escolas em cada povoado, mas também da obrigatoriedade da matrícula e da frequência, assim como da importância da melhoria dos serviços de inspeção:

A assídua fiscalização permitirá avaliar do [sic] encaminhamento do ensino e dará ao Estado o índice da competência dos mestres, da sua dedicação na ingente e patriótica luta contra a ignorância, como permitirá localizar acertadamente escolas e ter critério seguro na distribuição de material escolar. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1924b, p. 44).

O Regulamento da Secretaria do Estado do Interior e Justiça daquele ano situava a Diretoria de Instrução Pública como um departamento administrativo (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1924a). Entre as atribuições da Diretoria de Instrução Pública cabia dirigir e inspecionar, conforme a legislação vigente, o ensino primário, secundário, normal e profissional. A organização dos “trabalhos estatísticos” sobre a instrução pública do Estado deveria ser remetida por este órgão à Diretoria de Estatísticas e Informações. Entre as atividades, o regulamento previa “[...] a demonstração mensal da matrícula e frequência média das escolas”,

assim como a elaboração da “[...] estatística geral do ensino público” ao final do ano letivo (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1924a, p. 12).

Em 1925, aconteceu no Estado do Rio de Janeiro uma nova reforma dos serviços de inspeção com a reestruturação da organização do ensino primário, do formato do serviço de inspeção e do serviço de estatística escolar. O Presidente do Estado, Feliciano Pires de Abreu Sodré, justificava a reforma por ter sido “[...] preocupação do Governo dotar a instrução pública com um perfeito aparelhamento destinado à inspeção do ensino.” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1925b, p. 44). Com a nova estrutura de fiscalização, era coordenado o trabalho de coleta dos mapas preenchidos pelos professores e as tarefas de cada agente, que passava pelos inspetores regionais, delegados municipais e distritais (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1925b, p. 45).

Para garantir a oferta do ensino primário obrigatório, acreditava-se que o serviço de estatística precisava executar “[...] completo estudo dos meios de locomoção de que possam dispor as localidades do interior do estado, a fim de poder bem situar as novas escolas, como tornar efetivo aquele dispositivo regulamentar.” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1925b, p. 45). Assim, por depender do funcionamento do novo serviço de inspeção, a obrigatoriedade do ensino somente entraria em vigor em 1926. É possível inferir que são os resultados deste novo serviço de inspeção que implicam a existência de mapas, no FDE, a partir de 1926.

Pelo novo Regulamento da Instrução Pública Primária (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1925a), a direção da instrução caberia ao Governador, auxiliado pelo Secretário do Interior e Justiça e pelo Diretor da Instrução. Este conduziria a fiscalização e inspeção dos estabelecimentos de ensino primário públicos, particulares ou subvencionados, assessorado pelos inspetores regionais, delegados municipais e delegados distritais (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1925a, p. 6).

O envio da estatística dos institutos de ensino ao Secretário do Interior e Justiça, a lotação dos professores públicos por escolas, além da relação da situação dos contratos de aluguel das “casas escolares” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1925a, p. 8-9) eram tarefas do Diretor da Instrução, assim como deliberar sobre a localização das escolas e os graus do ensino. Muitas dessas atividades, em verdade, eram realizadas em cada região de inspeção escolar pelos inspetores regionais, que sugeriam as medidas a serem adotadas ao Diretor Geral da Instrução.

A Inspetoria Geral era sediada em Niterói, enquanto o Inspetor Regional, cargo de livre nomeação, era obrigado a residir no município sede da região sob sua inspeção. Os inspetores regionais estavam incumbidos de organizar a “es-

tatística escolar”; de contratar ou indicar os prédios para as escolas e de “[...] atestar o exercício dos professores, depois de verificada a exatidão dos mappas mensaes de frequência remetidos pelo delegado districtal ou municipal.” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1925a, p. 12). Os próprios inspetores regionais deveriam receber dos professores do distrito-sede da região os mapas mensais enviados no último dia de cada mês. Os inspetores municipais e distritais também eram responsáveis pelo recebimento dos mapas em suas localidades de atuação.

O capítulo da Reforma acerca “Da direção e inspeção do ensino” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1925a, p. 6-20), ao dispor, ao longo de 10 capítulos, sobre a estrutura, as atribuições dos inspetores e do Diretor da Instrução, descortinava a organização de um trabalho de comunicação permanente entre escolas e administração estadual. Aos inspetores não cabia apenas verificar o funcionamento de uma estrutura de ensino estabelecida, mas, também contribuir para a criação dessa rede, para sustentar o funcionamento das escolas. Por meio da aferição de matrícula e frequência de alunos e do exercício de professores, eram subsidiadas as iniciativas para a distribuição das escolas e designação de professores. Esses dados também deveriam consubstanciar a adoção, distribuição e conservação do mobiliário escolar, aquisição de estabelecimentos para o funcionamento das escolas, para o efetivo exercício docente e para o cumprimento das normas e dos procedimentos pedagógicos estabelecidos nas reformas do ensino.

O Diretor da Instrução Pública entre 1926 e 1930, José Duarte Gonçalves da Rocha, também trabalhou para dotar a Diretoria de Instrução Pública de maior eficácia. Quando assumiu o cargo, criticou a situação encontrada. Dirigindo-se ao Secretário de Interior e Justiça, defendia a reforma do tipo de material usado na diretoria, alegando que os livros se deterioravam no tempo, estando sujeitos a poeiras e suor. A adoção de fichas e de sistematização seriam recursos para melhorar a lida com os documentos (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927a). Sobre a inspeção técnica, o Diretor da Instrução considerava que esta “[...] constitue a pedra de toque de todo o progresso e da moralidade do ensino publico, ao mesmo tempo que se poderá considerar o eixo de seu movimento, o principio salutar regulador de sua eficiencia ou productividade.” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927a, p. 243).

O diretor José Duarte argumentava que a inspeção eficaz poderia oferecer maiores resultados do que as grandes inovações e reformas do ensino. Mas, ao se deter na situação da inspeção do ensino no Estado, avaliou que alguns inspetores eram pouco interessados no serviço, o que demandava uma intervenção para

solucionar o entrave, por exemplo, da frequência de visitas aos estabelecimentos de ensino (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927a, p. 244).

Novas instruções foram adicionadas ao serviço de inspeção, em 1927, para assegurar maior eficiência ao “[...] mais alto e mais útil auxiliar do ensino publico” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927a, p. 247), como a obrigatoriedade de duas visitas anuais a cada escola. Além da frequência, matrícula e condições dos prédios escolares, as funções de caráter pedagógico, sobre as aulas, o desenvolvimento do docente, os recursos e métodos utilizados, seriam observados pelos inspetores.

Para assegurar a exatidão das informações coletadas nos mapas de frequência, “[...] porque tenha esta Directoria em grande apreço a questão da estatística escolar” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927a, p. 245), os inspetores deveriam estar atentos ao exame dos mapas, de modo “[...] que sejam escrupulosamente examinados os mappas fornecidos pelos professores a fim de que se punam disciplinarmente os que simularem dados ou fornecerem índices fictícios.” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927a, p. 245). O diretor justificava as medidas adotadas como tentativas para sanar o problema de mais de 50% das escolas das oito regiões escolares que ficavam sem visitas, sendo raras as visitas a estabelecimentos municipais e particulares (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927a, p. 245). Na proporção em que crescia o número de escolas, o serviço de inspeção também se avolumava. Por esse motivo, era sugerida a ampliação da divisão do território para 10 regiões escolares (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927a, p. 246).

Na continuidade das atividades de inspeção, por meio das visitas às escolas e do apoio pedagógico ao desenvolvimento do ensino, os inspetores atuavam no serviço de estatística. Para o Diretor da Instrução, sobre as garantias dessa tarefa, “[...] nada se há feito nesse sentido e que se considere trabalho definitivo em que se repouse confiante.” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927a, p. 247).

A simplificação dos mapas era um recurso favorável para superar algumas dificuldades e evitar “omissões, equívocos e erros” no preenchimento. Na própria Directoria, um serviço mais prático seria adotado para lidar com a documentação, destacando dois funcionários para averiguar a falta dos dados mensalmente fornecidos por inspetores e professores. A previsão era de que a criação de um boletim mensal de estatística estabeleceria o controle desse processo (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927a, p. 247-248). O Diretor de Instrução argumentava sobre a importância conferida aos problemas do serviço de estatística:

Tenho considerado com particular atenção esse serviço porque não compreendo se possa fazer ensino publico, oriental-o, palpar-lhe as necessidade (sic) e progresso, sem uma estatistica bem organizada, que reflecta a eficiencia do aparelhamento, indique a natural localisação das escolas, apresente o coeeficiente de alphabetisados, dê-nos a percentagem da população escolar sobre a população global infantil. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927a, p. 248).

Ao apresentar o número de escolas e comentar os números de matrícula, o Diretor ponderava que um serviço de estatística mais eficiente demonstraria maior vulto, pois havia os problemas enfrentados no prazo de remessa dos mapas e as omissões e erros que aconteciam em muitos deles. Contudo, com os dados disponíveis, o Diretor José Duarte oferecia um diagnóstico sobre um dos fatores que prejudicava o aumento das matrículas, que seria

[...] o facto de se acharem innumeradas escolas mal localizadas em centro de população infantil escassa, proximas de outros estabelecimentos, quase agrupadas na mesma rua 2 e 3 escolas, não dispondo a localidade de elementos para manter a frequência regulamentar, de todas ellas, emquanto há cidades, villas, districtos outros de população mais densa, que reclamam escolas. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927a, p. 253).

Esse é apenas um exemplo de como as autoridades em matéria de ensino definiam “problemas” e “soluções” a partir de dados fornecidos pelos serviços de inspeção e de estatística. Embora os regulamentos do ensino adotassem as classificações de “rural” e “urbano” com critérios para distribuição e classificação de escolas, a análise desta distribuição, a partir dos dados coletados pelas agências de Governo, apontava disparidades. Certamente, outros fatores concorriam para a criação e extinção de escolas, como as relações entre as esferas dos poderes públicos, os poderes locais, as mobilizações na sociedade civil e as circunstâncias da destinação dos recursos financeiros para esses empreendimentos.

Nos anos seguintes, os relatórios das agências de Governo e as mensagens dos dirigentes exploravam os resultados obtidos em matéria de inspeção e estatísticas, a partir da reforma de 1925. Mas os limites do serviço e o empenho em seu aprimoramento eram constantemente lembrados.

Em 1926 e 1927 o Presidente do Estado desconfiava da exatidão dos dados fornecidos pelo serviço de inspeção, posto que a reforma era recente e que havia obstáculos à execução do serviço, “[...] pelos embaraços encontrados nos meios de transporte, sobretudo, para as escolas rurais, localizadas em pontos lon-

gínquos, afastados de ferrovias, muitos mapas se extraviavam e não se computam vários estabelecimentos de ensino primário.” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927b, p. 93). Apesar das lacunas, era mantido o interesse do Governo no serviço de estatística escolar, afirmado em uma pretensa objetividade dos dados coletados:

[...] porque convencido de que ela será o único meio idôneo de que dispõe para auscultar o progresso e desenvolvimento do ensino público, conhecendo-lhe, com informes fidedignos, reais, positivos, todos os fatos da vida escolar para tomar as providências que se fizerem mister. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927b, p. 94).

Em fins de 1927 uma nova eleição para o Governo fluminense não interrompeu a política sodrelista. Eleito Manuel Duarte, líder político ligado a Feliciano Sodré e articulado ao Governo federal de Washington Luís, mais uma reforma do ensino entraria em pauta. A modernização da educação no Estado do Rio de Janeiro, de um lado, relacionava-se, então, às tentativas de recuperação da economia e do prestígio político do Estado no cenário nacional. De outro, as mudanças no sistema de ensino visavam tornar a escola fluminense partícipe das novas propostas pedagógicas, postas em voga pelos movimentos reformistas chamados de Escola Nova, presentes em vários Estados (FERNANDES, 2009).

Em 1928, o Diretor da Instrução encontrava-se mais satisfeito com o serviço de inspeção escolar do Estado do Rio de Janeiro: “Agora é possível confiar-se, integralmente, no serviço de inspeção técnica, que terá inquestionável eficiência, mostrando-se o melhor colaborador da produção das escolas primárias.” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1928a, p. 16). O serviço de inspeção foi mais produtivo no número de visitas às escolas, tendo o próprio Diretor da Instrução visitado algumas escolas para melhor conhecer a situação do ensino: “Não concebo, e não há quem o conceba, instrução pública sem o apoio seguro, firme, verdadeiro da estatística, e da inspeção.” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1928a, p. 12).

Em 1926, havia 728 escolas no Estado, tendo sido inspecionadas 495. Ao longo do ano de 1927, 944 visitas foram realizadas (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1928, p. 12-13). José Duarte, Diretor da Instrução, visitou as unidades escolares de alguns municípios (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1928a, p. 14). O aumento do número de visitas foi destacado na mensagem do Governador sobre o mesmo período, quando procurava ressaltar a maior eficiência do serviço de inspeção (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1928b).

Coletados por meio dos mapas de frequência, os dados sobre o número de escolas, matrícula, frequência e professorado são os argumentos que “demonstram” o crescimento do ensino público primário no Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1928a, p. 10). O próprio êxito do serviço de inspeção e estatística era avaliado pelo crescimento do número de visitas, como um sinal da eficácia da administração do ensino, o que resultava em uma sensação de maior controle sobre as instituições escolares. Em 1929, o Governador informava a realização do total de 1.728 visitas de inspeção nas escolas do Estado do Rio de Janeiro, sendo 815 no primeiro semestre e 913 no segundo (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1929, p. 75).

Em 1929, o Presidente do Estado destacava a iniciativa de atribuir ao Inspetor Geral do Ensino a “fiscalização direta e assídua” do ensino particular, “ainda que para o simples efeito da estatística”, dado seu crescimento, sobretudo na capital do Estado (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1929, p. 57).

O interesse em aumentar o número de visitas às escolas, meta perseguida pela Diretoria da Instrução, buscava assegurar a vigilância sobre os professores e evitar as burlas, como o caso da professora que assinava os mapas de frequência, mas não lecionava na escola:

É, felizmente, mui reduzido o numero de professores displi-
centes, não affeiçoados ao seu mistér, desquitados de seus
deveres, que, como a de Tinguá, em Nova Iguassú, abando-
nam a escola à sorte de uma pessoa leiga, como sua repre-
sentante, com a cumplicidade criminosa do proprio delega-
do districtal – esta entidade inutil em nossa organização
escolar – figurando com se presente à sua diaria tarefa es-
colar, assignando mappas e recebendo seus vencimentos.
(ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1928a, p. 41-42).

Controlar a movimentação dos docentes e assegurar a permanência em exercício nas escolas também guardava relação direta com a “contabilidade” da expansão do ensino. Nos documentos produzidos para dar a ver as realizações do Governo na oferta de escolas, era comum, além da apresentação do crescimento do número de instituições, aumentar esse efeito pela comparação com o número de classes existentes. Por isso, “povoar” as escolas implicava não apenas a matrícula e frequência dos alunos, mas dependia da lotação e da frequência dos professores, pois a cada um deveria caber uma classe, que era, por sua vez, o critério para a aferição do número de escolas existentes:

Se atendermos a que a cada professor corresponde, nor-
malmente, uma classe, seja em Grupos, seja em escolas iso-

ladas, quando ocorre o excesso de matricula, poderemos dizer que o Estado do Rio possuía no ano findo [1926] 1.181 escolas, por isso que do número acima referido, deduzidos os 64 directores de Grupo, que não teem classe a seu cargo, os demais professores são regentes de classes. Aliás, seja a escola de dois turnos, com a cathedratica e uma adjunta, seja de um só turno, funcionando com dois professores em salas diversas, somente não será considera *duas escolas* no sentido estricto, porque o predio é comum, porém, no sentido amplo corresponde a duas unidades escolares. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1927a, p. 252).

No relatório do ano seguinte, o Diretor da Instrução fazia o mesmo exercício para contabilizar o número de escolas a partir da existência de 738 “escolas de letras elementares”, sendo 60 grupos escolares, 614 escolas isoladas e 64 subvencionadas.

Esses 738 estabelecimentos de ensino primario [...] respondem sobejamente a 1.289 escolas, porque consoante o modo de apurar-se em outros Estados, eram 1.289 as classes de nossas escolas publicas em o anno de 1927. Para elucidação dos que não são technicos explica-se que cada classe tem um professor podendo funcionar uma ou mais classe no mesmo instituto, como ocorre nos Grupos Escolares: só existe de commum, além do prédio, o mobiliário. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1928a).

Por esses argumentos, o Diretor da Instrução alegava: “Pelo que respeita à estatística, que aprecia quantitativamente os factos escolares, os elementos colhidos com critério, expurgados de quaesquer duvidas, são animadores e asseguram o nosso progresso.” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1928a, p. 10).

As intenções e iniciativas da administração estadual para conformar o trabalho dos professores e garantir o cumprimento dos regulamentos do ensino, além de serem apreendidas nas reflexões presentes nos relatórios da Diretoria de Instrução e dos presidentes do Estado, consubstanciavam os serviços de inspeção. Cabe notar, no curso de sucessivas reformas, o empenho das agências de Governo em aparelhar a inspeção do ensino como plataforma de controle da distribuição da rede de escolas e professores. E, ainda, por meio desse serviço, ter um retorno e apresentar diagnósticos do que ia sendo feito, e, assim, respaldar a própria atuação do Estado.

Esse aparato normativo, recuperado aqui entre regimentos, relatórios e mensagens de Governo, demonstra a proeminência que as agências de Estado vão exercendo na organização do ensino primário; a expansão da rede de escolas

vai ocasionando novas demandas ao aparelho burocrático e novas experiências de administração vão sendo implementadas. Em 1929, o Departamento de Educação é reformado novamente. O diretor da instrução pública, José Duarte Gonçalves da Rocha, discorrendo sobre as realizações do Estado do Rio de Janeiro, enquadrava as reformas parciais da instrução realizadas no ensino, em 1929, como respostas à demanda por “[...] imprimir à complexa e sensível engrenagem uma feição nova compatível com o renovador movimento pedagógico que se espalhava por todo o mundo” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1930, p. 5).

No transcurso dos eventos da chamada “Revolução de 1930”, Ari Parreiras assumiu a interventoria do Estado do Rio em meio a um cenário de crise econômica e decadência. Stanley Gomes foi nomeado Secretário do Interior e Justiça e Celso Kelly foi designado Diretor da Instrução Pública. Na estrutura administrativa dos serviços de instrução, encontrava-se a mesma situação da organização do ensino em 1931. A denominação “Diretoria de Instrução Pública” é mantida nos mapas nos anos de 1932 e 1933.

No pós-1930, foi iniciada a reestruturação do aparelho governamental em diversas esferas da administração pública, buscando impor uma centralização e racionalização administrativa que canalizasse a direção política para as instâncias decisórias do Governo Federal (DINIZ, 1997), de modo a combater as práticas políticas clientelistas das oligarquias dominantes durante a Primeira República. É notório como esse processo foi intenso na esfera educacional, apoiado por diversos setores que defendiam a intervenção da União na institucionalização da instrução no país.

Segundo Paschoal Lemme (1988), Inspetor do Ensino do Estado do Rio de Janeiro entre 1933 e 1935, a estrutura da administração era precária, e um dos principais problemas enfrentados pelo Diretor da Instrução, Celso Kelly, foi a deficiência do serviço de inspeção. Sob a ótica de Paschoal Lemme, os inspetores não atendiam às expectativas, “[...] de acordo com a nova orientação que Celso Kelly pretendia imprimir aos serviços de Educação do Estado.” (1988, vol. 2, p. 176). A maioria dos inspetores, “tal com era em outros Estados”, era nomeada “[...] mais por influência política do que por qualquer qualificação que apresentasse para o exercício de cargo tão importante.” (LEMME, 1988, vol. 2, p. 176). Para imprimir novos rumos à administração, os inspetores em exercício foram afastados dos cargos e um concurso foi providenciado para a adoção do novo quadro.

Tanto Paschoal Lemme quanto Jayme Abreu, intelectuais participantes dos ventos reformistas na educação naquelas décadas, destacavam a perspectiva

modernizante da administração de Celso Kelly. O Plano de Educação de 1932 é situado por Jayme Abreu (1955) entre as principais propostas desta administração, posto que preconizava o aumento da escolaridade mínima nas escolas elementares e pretendia atrelar a educação elementar à iniciação ao trabalho. Em 1933 a própria Diretoria da Instrução Pública sofria reforma em sua organização (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1933a,b), sendo adotada a denominação de Departamento de Educação e Iniciação do Trabalho, a titulação encontrada nos mapas de frequência dos anos de 1935 e 1937.

Ao novo Departamento competia a supervisão do ensino primário, secundário, profissional e normal e estava constituído pelo Gabinete do Diretor e pela Inspeção Geral do Ensino e Administração. A Inspeção do Ensino possuía uma “seção de organização do trabalho” com serviços de iniciação da pesca, agrícola, iniciação industrial e comercial (ABREU, 1955, p. 112).

Os auxiliares de inspeção realizavam as tarefas de visitar as escolas, atestar o exercício do magistério, autorizar os atos de nomeação e dispensa dos substitutos, licenças até oito dias, justificativas de faltas, atestavam o uso dos prédios alugados, faziam o controle da estatística, assinavam certificados de habilitação dos alunos e organizavam os exames. Ficou a cargo dos inspetores do ensino primário e profissional a coordenação dos trabalhos nas regiões escolares, sobretudo exercendo atividades de direcionamento pedagógico, promoção de reuniões, palestras e cursos (ABREU, 1955, p. 113).

Porém, com a abertura de novo regime constitucional, em 1934, e a reabertura das assembleias estaduais, houve rearticulação dos antigos grupos locais, que não se coadunavam com o Governo de Ari Parreiras. Os antigos inspetores, afastados com o golpe civil-militar de 1930, alcançaram o apoio do novo interventor, o Almirante Protógenes Guimarães, e conseguiram o afastamento dos inspetores aprovados por concurso, pela acusação de que não eram realizadas as visitas escolares. Com a saída de Ari Parreiras, Celso Kelly e Stanley Gomes também deixaram a administração do ensino (LEMME, 1988, vol. 2, p. 197).

Em razão das mudanças geradas por esses conflitos, outros atos normativos foram expedidos para regular o serviço de inspeção e de elaboração de estatísticas escolares em 1936 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1936). Na mensagem daquele ano, o novo interventor, Protógenes Guimarães, comentava as mudanças no serviço de inspeção escolar: “Foram aproveitados para inspetores regionais antigos inspetores, sendo designados, também interinamente, para esse

serviço, alguns professores durante o impedimento dos inspectores actualmente afastados.” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1936, p. 17).

A partir dessa regulamentação desapareceram os auxiliares de inspeção, existentes entre 1933 e 1936 e as inspetorias escolares passaram de 10 a 18 regiões e inspectores. Os inspectores foram requisitados entre os professores primários, alguns diretores ou antigos auxiliares de inspeção. Segundo Abreu (1955) esta nova regulamentação sacrificou a orientação pedagógica porque se adotava o critério do inspector residir na sede da região para assegurar a assiduidade das visitas nos estabelecimentos estaduais, municipais, particulares e subvencionados. Cabia também à fiscalização das escolas normais equiparadas. Entre 1936 e 1940, os inspectores de ensino eram nomeados em comissão entre professoras normalistas com três anos de magistério público ou particular; ou, não sendo diplomadas, com mais de cinco anos de exercício (ABREU, 1955, p. 114).

Em 1937, o interventor Protógenes Guimarães transcrevia os elogios recebidos do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, aos serviços de estatística sobre ensino primário no ano de 1935 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1937, p. 30). Era um recurso de divulgar e buscar a legitimação aos rumos impressos à administração estadual.

Pelo Decreto n. 527, de 6 de setembro de 1938 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1938a), os Departamentos de Educação e de Saúde Pública foram desligados da Secretaria do Interior e Justiça e passaram a ser subordinados diretamente ao chefe do Governo. As atribuições pertinentes, anteriormente exercidas pelo Secretário do Interior e Justiça, tornaram-se responsabilidade do Secretário do Governo. Conforme os considerandos do decreto, a mudança justificava-se pela ampliação dos deveres do poder público com a educação e a saúde, em virtude da Constituição de 1937, e pela constatação da necessidade de descongestionar os serviços da Secretaria do Interior e Justiça. Ainda que fosse patente a necessidade de criação de uma Secretaria específica para essas atividades, a medida foi adiada por controle orçamentário, então a solução “intermediária” encontrada, mas com intenções futuras de ampliação e reforma dos Departamentos de Educação e de Saúde Pública.

Meses depois era criada a Secretaria da Educação e Saúde Pública (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1938b) como “[...] medida que imperiosamente hoje se impõe para a realização dos altos postulados do Estado Novo” e para que funcione “[...] como verdadeiro órgão especializado de impulsão e orientação.” Em 1939, o Departamento de Educação integrava a estrutura da Secretaria de Edu-

cação e Saúde (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1939). Ao Departamento de Educação competia “[...] orientar e fiscalizar as atividades referentes à educação, bem como zelar pela fiel execução e eficiência da ação educacional da Secretaria.” Após instalada a Divisão de Pesquisas Educacionais, deveria ser desmembrada do Departamento de Educação a seção de Estatística Educacional, passando a ser atribuição da Divisão de Pesquisas Educacionais “[...] a elaboração das estatísticas educacionais e trabalhos conexos, de acordo com o Convênio firmado com o Governo Federal, bem como os serviços técnicos e representações que lhe forem peculiares.” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1939). Pela legislação posterior, a Divisão de Pesquisas educacionais foi mantida no Departamento de Educação.

É possível notar as constantes tentativas de conformação das atividades dos inspetores e os mecanismos para tentar controlar a gerência sobre o funcionamento de uma rede de escolas em expansão. Nesse sentido, as recorrentes reformas no aparelho burocrático revelam concomitantemente o esforço em produzir mecanismos de controle do funcionamento das escolas e, contraditoriamente, o insucesso das tentativas. Ao recuperar o percurso de funcionamento do Departamento de Educação, mais importante do que recompor o percurso administrativo é analisar as formas de como o desenvolvimento dos processos de escolarização interferem nos modos de organização do aparelho burocrático, conformando, também, a estrutura estatal e delineando o próprio Estado.

A análise da presença da ação das agências do Governo estadual na conformação de um aparato à institucionalização da instrução primária evidenciou a posição dos serviços de inspeção e estatística como ferramentas centrais para fazer chegar a normatização pública às diversas localidades do Estado. Os mapas de frequência de alunos e professores foram mantidos e constantemente aperfeiçoados. A sucessão de governos não fez cessar as iniciativas para aperfeiçoar, equipar, definir e expandir este aparato burocrático. Contudo, divergências entre concepções e demandas impostas pelo próprio desenvolvimento do serviço foram pontuando redefinições, avanços e recuos na configuração dessa ferramenta.

3 MAPAS DE FREQUÊNCIA ESCOLAR: FONTES PARA A HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO

Os mapas de frequência do Fundo Departamento de Educação, depositados no APERJ, constituem uma rica fonte de informações sobre as escolas primárias do Estado do Rio de Janeiro. Após compreender a historicidade da fonte

e sua inserção na engrenagem da administração estadual do ensino primário, a abordagem realizada focalizou a documentação de um único município, Iguaçu, em razão dos objetivos de pesquisa. A fonte foi interrogada no que poderia informar acerca dos processos de escolarização em Iguaçu, de sua rede de escolas primárias. O interesse de examinar a existência de uma “rede” de instituições é motivado pela possibilidade de conhecer aspectos da tipologia, agência mantenedora, instalações físicas, distribuição, organização e funcionamento das escolas.

Os mapas de frequência registravam mensalmente a composição do quadro de professores das escolas e a distribuição dos alunos nos turnos, por séries e classes. Eram registrados os números de alunos conforme faixas de idade e séries do ensino. Os docentes eram identificados no mapa de adjuntos pelos nomes completos, cargos/nível de carreira, se eram ou não diplomados, e a porcentagem da frequência ao longo do mês.

O Fundo Departamento de Educação, do APERJ, apresentava para o município de Nova Iguaçu, quando a documentação foi pesquisada, 136 códigos de referência que correspondem a uma notação para cada conjunto de mapas de frequência. Somente há mapas a partir de maio de 1929 e se nota um padrão repetitivo de lacunas na documentação. Esses dossiês estão alocados em 20 caixas de polionda. Porém, não é correto afirmar que correspondem a 136 escolas, porque há notações que se referem a seções de ensino dentro de uma mesma escola, ou porque, ao longo da pesquisa, foram observadas fusões, desmembramentos, arranjos, entre unidades de ensino.

O cabeçalho dos mapas de cada notação revela algumas informações sobre a localização (endereço) e o tipo de escola (primária, mista, municipal, estadual, isolada, etc.), meio pelo qual foi possível identificar ou inferir quais agências participavam na oferta do ensino primário regular nos municípios do Estado. A partir do cruzamento de informações dos campos dos mapas e da análise comparada entre as notações, demarcou-se um perfil de escolas existentes na região e dos modos de organização do ensino primário. Foram coletadas as informações dos campos de todos os mapas, por notação.

Depois das atribuições feitas para as 136 notações, de localização e órgão responsável, foi possível distinguir as notações referentes às escolas localizadas no distrito-sede e às escolas localizadas nos demais distritos do município (1929-1949), assim como a classificação das escolas, municipais, estaduais ou subvencionadas.

Para muitos casos, nos anos iniciais da documentação, os descritores *pública*, *mista*, etc. não esclareciam se eram escolas estaduais ou municipais. A menção do descritor “estadual”, quando surgia em anos posteriores, foi utilizada para inferir que a escola era estadual desde o início da documentação. Quando, nos mapas de uma escola “pública”, mesmo em anos posteriores, não constava o registro de estadual ou municipal, o cruzamento da numeração atribuída à escola, em um dado ano, era comparado com a numeração das outras escolas estaduais e municipais, no mesmo ano, para verificar alguma lógica de sucessão entre os números, a possibilidade de pertencerem a uma mesma rede. Isso porque foi visto na legislação que a atribuição de um número se referia à distribuição de escolas da mesma rede em um mesmo município.

Em outras ocorrências, a presença de professoras catedráticas, no quadro de adjuntos, era mais um indício da possibilidade de se tratar de escola pública, e a presença destas professoras, em outras escolas municipais ou estaduais agregou pistas sobre a identificação da escola.

Todos os recursos metodológicos anteriores, por vezes, foram utilizados concomitantemente, com o interesse de delinear, ainda que de modo incompleto, e sob os riscos de atribuições feitas na pesquisa, um perfil de escolas existentes na região, das agências responsáveis pelas escolas e localização das escolas pelo território do município. Situar a distribuição espacial da escola também apresentou algumas dificuldades, em razão da mudança de distritos ao longo dos anos, revisões de limites, etc., mas cada escola somente foi classificada, na metodologia estabelecida, uma única vez.

Para a documentação do município de Iguazu, 58 notações se referem a seções de ensino, turnos ou escolas localizadas no distrito-sede; para uma notação não foi identificada a localização em distrito, e as demais 77 estavam alocadas entre os outros distritos do município. Mesmo não havendo correspondência entre escola (enquanto unidade de ensino) e notação, atesta-se, nesta documentação, maior localização de escolas no distrito-sede.

Entre 1929 e 1949, das 58 notações do distrito-sede, oito se referem a escolas subvencionadas, 25 são de escolas municipais e 24 de estaduais. Para os demais distritos, há oito notações de escolas subvencionadas, 38 municipais e 31 estaduais. Por essas informações, em um quadro geral, há certo equilíbrio no número de notações da ação municipal e estadual, sendo reduzido o envio de mapas de frequência de escolas particulares ou subvencionadas. Comparativamente, foi maior o acúmulo de mapas de frequência de escolas do distrito-sede. A conclusão

que se chega pelo exame da documentação do Departamento de Educação é de que havia maior número de escolas no distrito-sede em comparação ao restante do município. Nos dados organizados a partir dos mapas de frequência, a classificação das notações pelos demais distritos do município revelou, ainda, maior número de notações em regiões que correspondiam às áreas de maior densidade populacional do município, com o distrito-sede.

Os mapas de frequência, ao fornecerem indícios que permitem situar a distribuição nas escolas em um mesmo município, constituem uma fonte importante para os estudos de história local, principalmente porque evidenciam a necessidade de desnaturalizar o território enquanto cenário inerte e torná-lo um objeto de estudo. Os diferentes contextos históricos que podem situar um município, os usos para funções agrárias ou urbanas, os modos de ocupação, o contingente populacional, são variáveis que incidem sobre a distribuição e os tipos de escola existentes.

Deve-se lembrar, ainda, que a ausência de um tipo de escola, na documentação do Fundo, não significa de fato a inexistência do tipo de escola na região. Deve ser ponderada, pelas lacunas do serviço de inspeção, a presença menor de mapas de frequência de escolas subvencionadas ou particulares.

Considerando as dificuldades para a inspeção do ensino subvencionado e particular e sendo pouco conclusivo contabilizar o número de instituições registradas na documentação do APERJ, é relevante a desproporção entre a incidência de escolas subvencionadas e/ou particulares e as escolas “públicas” (no sentido estatal) de ensino primário em Iguaçu. Em primeiro lugar, cabe sustentar que foi mais assídua a fiscalização dos estabelecimentos de ensino público.

Em segundo lugar, cabe considerar que o ensino público também predominou no modo de disseminação da escola primária para o Estado do Rio de Janeiro (SCHUELER, 2010). Isso também se verifica (ainda que seja um efeito do trabalho de estatística e de seus limites) nos números de escolas informados nas mensagens presidenciais e nos relatórios de interventores, nos relatórios dos Secretários de Interior e Justiça e dos Diretores da Instrução Pública.

No acervo dos mapas de frequência de Iguaçu há 15 notações para escolas subvencionadas e/ou particulares no município. Essas classificações não são necessariamente sinônimas e nem sempre distintas. A imbricação entre as ações pública e privada integrou modos diversos de disseminação e financiamento de escolas, desde o século XIX. Pelo regime de subvenções, a ação pública legitimava a iniciativa de associações da sociedade civil em prol do ensino (LIMEIRA, 2011).

Certamente as 15 notações que identificam escolas particulares e subvencionadas não representam todo o universo de escolas particulares e subvencionadas do município de Iguaçu. Há conhecimento de outras escolas existentes em outras fontes, como os jornais locais, mas que não possuem representação no Fundo Departamento de Educação.

Além da distribuição das escolas pelo município e das agências presentes na oferta de escolas, os mapas de frequência informam sobre a distribuição dos alunos, dos professores, dos turnos e das séries do ensino. A observação, a cada notação, de como se configuraram essas variáveis, demarcou algumas possibilidades de compreensão sobre as experiências de escola implementadas em Iguaçu, principalmente no distrito-sede.

O exame da distribuição dos alunos em séries e classes aponta a predominância da existência de escolas isoladas de 1º e 2º graus no município de Iguaçu, tanto no distrito-sede quanto nos demais, com uma ocupação maior de classes e de alunos na 1ª série. As escolas isoladas ofereciam até a 2ª ou a 3ª série do ensino primário.

Mas a região também conheceu alguns grupos escolares. Estes se constituíam em escolas graduadas nas quais o “[...] ensino seriado e sequencial substituíam as classes de alunos em diferentes níveis de aprendizagem” (VIDAL, 2006, p. 8), com adoção da correspondência entre série escolar e ano civil. Em geral, essas instituições eram formadas a partir do agrupamento de escolas isoladas existentes. Os grupos escolares significaram a “[...] reorganização administrativa e pedagógica” da escola elementar e “[...] a redefinição do lugar ocupado pela escola no traçado das cidades, posto que os grupos escolares se constituíram numa realidade essencialmente urbana.” (VIDAL, 2006, p. 10).

Há um conjunto de notações, no Fundo Departamento de Educação, que remete ao Grupo Escolar situado no distrito-sede (Fundo Departamento de Educação, 02715, APERJ). Inicialmente, existe um mapa para a escola mista de 2º grau n. 6, em 1929, com até a 3ª série e o número de 327 alunos, uma catedrática e cinco adjuntos, funcionando em dois turnos. É uma estrutura de relevo, comparada às demais escolas, mesmo as situadas no centro do distrito-sede. No ano de 1931, sob a regência da mesma professora de 1929 – Venina Corrêa Torres – a instituição foi denominada de Grupo Escolar de Nova Iguaçu, situado no distrito sede, com 350 alunos (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 24).

De acordo com a estrutura prevista pela legislação, esse “Grupo Escolar” abrigava as cinco séries do ensino primário. No grupo escolar de Nova Iguaçu

o maior ingresso de alunos continuou a ocorrer na 1ª série, em comparação aos registros de alunos nas demais séries do ensino primário. Em 1932, o Grupo recebeu a denominação especial Rangel Pestana.

A comparação entre o Grupo Escolar Rangel Pestana e outras escolas contemporâneas a ele no mesmo distrito, embora evidencie pontos em comum, como o número maior de alunos na 1ª série, demarca também experiências diferentes de escola primária. As diferenças se destacam não apenas pela distinção da oferta do curso primário completo, mas pelo volume que parece ter atraído de alunos, por provavelmente receber os egressos da 3ª série das demais escolas e pelo que representava enquanto escola-modelo.

O exame da distribuição das séries e classes denota uma estrutura maior do que a das demais escolas, pelo contingente de alunos, de professores e o funcionamento constante de dois a três turnos. O quadro de docentes e funcionários lotados no Grupo Escolar era mais volumoso, com a presença de pessoas encarregadas, por exemplo, da merenda e da biblioteca escolar.

No município de Iguaçu, a partir dos mapas de frequência, foram localizadas outras escolas transformadas em grupos escolares criados durante as décadas de 1930 e 1940, em áreas de grande densidade populacional do município. Desse modo, entre 136 códigos de referências, apenas quatro dizem respeito a grupos escolares, sendo dois estaduais e dois municipais (outras quatro notações se referem a seções anexas ao Grupo Escolar Rangel Pestana). Ainda que o acervo dos mapas recolhidos não corresponda à totalidade das instituições de ensino primário do município, naquele período, é de pouca expressão – se comparada às escolas isoladas – a presença de Grupos Escolares no município.

Alessandra Schueler (2010, p. 538), examinando as mensagens dos presidentes do Estado do Rio de Janeiro na Primeira República, observa que a escola isolada ou singular era predominante na organização da escola primária, em unidades e no número de matrículas, ainda que o modelo do grupo escolar inspirasse os horizontes das sucessivas administrações (SCHUELER, 2010, p. 547).

Esse panorama de predomínio da escola isolada é encontrado no município de Nova Iguaçu, mesmo na área urbanizada do distrito-sede, nas décadas de 1930 e 1940. A distribuição dos tipos de escolas conforme a localização rural ou urbana, que era um critério previsto nos instrumentos normativos sobre a instrução primária, constitui um dos fatores desse cenário, porque o Estado do Rio de Janeiro permanecia agrário e rural. No município de Iguaçu, sob essa ótica, alguns distritos também se aproximavam mais do cenário estadual do que do

contexto histórico do Distrito Federal, posto que a Capital Federal representava um núcleo urbano dinâmico.

Pelo perfil de escolas restituído na análise dos mapas de frequência, sustenta-se que a escola isolada pública – municipal ou estadual – foi o principal tipo de escola presente no município de Iguazu, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Porém, ressalta-se o aspecto de composição híbrida destas escolas, porque diversas situações foram encontradas nestas a partir da análise dos mapas. A maioria delas apresentava características do modelo seriado, funcionavam em turnos, classificavam os alunos por série, possuíam mais de um professor. Interessante notar que a classe era utilizada como núcleo de ordenação da seriação do ensino nas escolas isoladas, ainda que a correspondência classe-professor-sala de aula não fosse a regra das escolas em Iguazu.

Este modelo coexistia com o Grupo Escolar. Não é exatamente, sem mudanças, a casa-escola do século XIX. Segundo Rosa Fátima de Souza, o modelo da escola graduada foi a solução experimentada em vários países europeus e nos Estados Unidos, desde o século XIX, para a questão da universalização da educação elementar. Os esforços pela racionalização da “organização pedagógica”, como foi compreendida em diversos países, teve como consenso a adoção da classificação homogênea dos alunos, conferindo novos contornos às concepções sobre classe escolar e surgimento da série (SOUZA, 2006, p. 38). Contudo, foi longo e complexo o processo de definição da classe enquanto estrutura organizativa da escola graduada, porque havia o debate sobre a disposição das classes no espaço, se deveriam ser fisicamente separadas por salas de aula, se ficariam a cargo de professores ou monitores, etc. (SOUZA, 2006, p. 38). No Brasil, a ênfase sobre o modelo da escola graduada foi maior sobre os métodos e processos de ensino do que, imediatamente, sobre as transformações físicas da escola e da correlação entre várias salas de aula e professores, sob a alegação dos custos do empreendimento (SOUZA, 2006, p. 50).

A análise da distribuição de alunos por classes, séries, e turnos revela casos híbridos, em que, apesar da seriação e classes registradas, é possível inferir que os alunos de classes e séries diferentes estavam sob a regência da mesma docente, nos mesmos horários. Enquanto os mapas do Grupo Escolar Rangel Pestana sustentam uma organização mais fixa da seriação, as escolas isoladas – municipais e estaduais – eram mais intensamente submetidas às alterações de turno e seriação promovidas pelas docentes, pela chegada e saída de professoras na escola, em qualquer mês do ano.

Além da seriação do ensino prevista pelos regulamentos do ensino primário, das alterações nas classificações das escolas (o que permitia acrescentar ou reduzir a oferta de séries), outras dinâmicas configuravam o funcionamento das escolas. Foi constatado, com certa constância, que os registros de oscilações na organização dos turnos, das séries e classes, correspondiam a mudanças nos registros de quadros de adjuntos. Houve reincidência de situações nas quais as professoras mudavam de turno e levavam consigo suas classes e a oferta de determinada série do ensino. Pode-se observar uma divisão do trabalho em que algumas professoras estavam sempre lecionando nas classes de 1ª série, outras de 2ª e de 3ª séries.

As condições materiais de funcionamento das escolas em Nova Iguaçu, eventualmente comentadas nas observações feitas pelas professoras nos mapas de frequência, evidenciam alguns dos problemas enfrentados na institucionalização das escolas e do regime seriado. Os usos e a conformação do tempo escolar também concorriam, além das práticas dos docentes e dos instrumentos normativos dos governos, com o mundo do trabalho e com as condições de acesso e salubridade da própria localidade em que estavam as escolas. Escolas deixavam de funcionar porque os prédios precisavam de reparos, porque a localidade estava enfrentando enchentes e surtos de doenças, bem como eram registradas as ausências de alunos por motivos de doenças ou trabalho.

Longe de ser um processo linear, a casa-escola, característica do século XIX, subsistiu nas escolas isoladas do século XX, que coexistiram com o modelo do Grupo Escolar, ícone da arquitetura – pedagógica e higiênica – adequada ao acolhimento dos sujeitos da educação. No Estado do Rio Janeiro, assim como em Nova Iguaçu, a escola isolada, instalada em prédios e salas alugados, foi o principal veículo de disseminação da instrução primária.

4 CONCLUSÃO

O exercício de recompor a constituição de uma rede de escolas em Iguaçu pelo exame dos mapas de frequência de alunos e professores colocou em relevo a construção de um aparato burocrático, pelo Governo estadual, para mediar o processo de expansão da escola primária no Estado. A construção de agências estaduais da administração do ensino foi uma mediação importante na disseminação da instrução escolar primária nos primeiros tempos republicanos. Na perspectiva teórico-metodológica adotada, em um jogo de escalas (REVEL, 1998), foi pertinente focalizar ora a estrutura normativa de institucionalização da instrução

primária no Estado do Rio de Janeiro – o que permitiu situar a fonte examinada como ferramenta dos serviços de inspeção – ora os processos de escolarização em Nova Iguaçu, por meio do exame das informações fornecidas nos mapas. Neste exercício foi adequado explicitar as convergências entre a construção do Estado Republicano, no nível estadual, e a escolarização.

Foi possível observar o processo de construção do Governo, da afirmação do Estado, concomitante aos processos de expansão da escola primária, como escalas congruentes. Um perfil de parte das escolas existentes em Nova Iguaçu, nas décadas de 1930 e 1940, permitiu flagrar aspectos dinâmicos, em constituição, em movimento, das experiências de elaboração desse modo de socialização. Nas contradições que permearam este processo, observava-se o contraste entre a homogeneidade pretendida pelos projetos de normatização elaborados pelo Estado e a pluralidade das experiências, a instabilidade, as estratégias promovidas para povoar as escolas de alunos, professores, modos e condições de funcionamento.

A construção de um aparato normativo não antecede, mas integra, compõe e constitui a escolarização da sociedade. Os serviços de inspeção, enquanto procuravam fiscalizar, contabilizar e mapear a distribuição de escolas, alunos, professores, conteúdos e métodos, viabilizavam a participação da ação pública no desenvolvimento dos processos de escolarização. No mesmo movimento, a mobilização, o aperfeiçoamento, o acúmulo de experiências dentro do aparelho estatal vão ampliando e definindo as esferas de atuação do Estado, colaborando para a própria afirmação do Estado Republicano.

As experiências de escolarização primária coletadas no cruzamento dos campos dos mapas de frequência, ainda que tenham sido trazidas em seus aspectos de organização e tipos de escolas, permitem problematizar a pretensão normalizadora das agências de Governo, e revelam a diversidade de modos de escola, de lotação de professores e alunos, do uso de prédios, ou seja, experiências híbridas.

Se os mapas de frequência foram ferramentas para controlar a institucionalização destas escolas, o exame denso e comparado, mês a mês, ano a ano, das informações prestadas, ainda que previamente selecionadas pelos campos a preencher, também revela espectros nada lineares ou controlados desses modos de escola primária. Enquanto documentos de preenchimento obrigatório, para controle dos docentes, os mapas de frequência também retornaram situações, explicações e demandas desses sujeitos, espelharam a insuficiência da ação estatal em atender a contento a todas as demandas. Os limites do trabalho de inspeção, desde o aspecto lacunar da documentação até a heterogeneidade que comporta, as suces-

sivas tentativas de tornar eficiente a administração, os regulamentos para controlar inspetores, professores, alunos, saberes, tempos e os recursos para convencer sobre a expansão do ensino, sinalizam o dinamismo de um processo em curso.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. **O sistema educacional fluminense**. Uma tentativa de interpretação e crítica. MEC.INEP.CILEME, 1955.

DINIZ, E. O Estado Novo: Estruturas de Poder. Relações de Classe. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. t.3, v.3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto 2.037 de 23/07/1924. **Regulamento da Secretaria do Estado de Interior e Justiça**. Tipografia do Jornal do Comércio, 1924a.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1924 pelo Presidente Dr. Feliciano Pires de Abreu Sodré**. Rio de Janeiro, 1924b. Disponível em: <www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>. Acesso em: 20 nov. 2010.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Regulamento da Instrução Pública Primária. Decreto 2.105 de 02/03/1925**. Tipografia do Jornal do Comércio, 1925a.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1925 pelo Presidente Dr. Feliciano Pires de Abreu Sodré**. Rio de Janeiro. 1925b. Inclui Anexos. Disponível em: <www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>. Acesso em: 20 nov. 2010.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório da Diretoria da Instrução Pública apresentado ao Secretário do Interior e Justiça pelo Diretor da Instrução Pública, José Duarte Gonçalves da Rocha**. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1927a.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1927 pelo Presidente Dr. Feliciano Pires de Abreu Sodré**. Rio de Janeiro, 1927b. Disponível em: <www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>. Acesso em: 20 nov. 2010.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatório apresentado pelo Dr. José Duarte Gonçalves da Rocha. Director da Instrução Publica ao Exmo. Snr. Secretario do Interior e Justiça em 30 de junho de 1928. Niterói, Oficinas Graphicas da Escola Profissional, 1928a.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1928 pelo Presidente Dr. Manuel de Mattos Duarte Silva. Rio de Janeiro, 1928b. Disponível em: <www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>. Acesso em: 20 nov. 2010.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1º de outubro de 1929 pelo Presidente Dr. Manuel de Mattos Duarte Silva. Rio de Janeiro, 1929. Disponível em: <www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial>. Acesso em: 20 nov. 2010.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Exposição apresentada pelo Dr. José Duarte Gonçalves da Rocha, representante do Estado do Rio, á primeira reunião educacional, levada a efeito sob o patrocínio da Federação Nacional das Sociedades de Educação, em 20 de setembro de 1930.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 2.923 de 26 de junho de 1933. Reforma a organização dos serviços afetos à antiga Diretoria da Instrução Pública; substituí essa denominação pela de Departamento de Educação e Iniciação do Trabalho. Indicador de Legislação e Administração. Ano de 1933, 1933a.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n.º 2.929, de 05 de julho. Indicador de Legislação e Administração. Ano de 1933, 1933b.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador do Estado, Almirante Protogenes Pereira Guimarães, na sessão inaugural de 1º de agosto de 1936. Niterói, Oficinas Graphicas do Diario Official, 1936.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa pelo Sr. Governador do Estado, Almirante Protogenes Pereira Guimarães, na sessão de 1º de agosto de 1937. Niterói, Oficinas Graphicas do Diario Official, 1937.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto nº 527 de 6 de setembro de 1938. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro, 1938a.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto nº 605, de 9 de novembro de 1938. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro, 1938b.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 806**, de 30 de junho de 1939 Dando nova organização à Secretaria de Educação e Saúde [sic] e dando outras providências. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro, 1939.

FERNANDES, R. A. N. **Historiografia e identidade fluminense**. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

KNAUSS, P. Entre normas e conflitos. O cotidiano escolar na documentação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (Org). **Educação no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados; SBHE, SP: 2001.

LEMME, P. **Memórias**. Vol 2. São Paulo, Cortez: Brasília, DF: INEP, 1988.

LIMEIRA, A. de M. Espaços mistos: o público e o privado na educação do século XIX. Subvenções. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, p. 99-129, 2011.

NAGLE J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: E.P.U./ EDUSP, 1974.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da micro análise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SCHUELER, A. “Grandeza da Pátria e Riqueza do Estado”: expansão da escola primária no Estado do Rio de Janeiro (1893-1930). **Revista de Educação Pública**, UFMT, n. 41, v.19, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/revista/sistema/revistas/arquivos/1306509325.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2011.

SOUZA, R. F. de. Espaços da Educação e da Civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do Século XIX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SOUZA, R. F. de. FARIA FILHO, L. M.de. A contribuição dos estudos sobre Grupos Escolares para a renovação da História do Ensino Primário no Brasil. In: VIDAL, Diana (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**, Campinas: Mercado das Letras, 2006.

VEIGA, C. G. A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, n. 1 (25), jan./abr. 2011.

VIDAL, D. G. (Org.). **Educação e Reforma**. O Rio de Janeiro nos anos 1920-1930. Belo Horizonte: Argumentvm; São Paulo: CNPq; USP, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2008.

VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971), Campinas: Mercado das Letras, 2006.

Recebido em 23 de janeiro de 2013

Aceito em 03 de junho de 2013